

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

No dia 12 de setembro de 2014, uma comitiva do Ministério da Saúde visitou o Hospital de Gaia. Neste mesmo dia, as/os trabalhadoras/es desta unidade hospitalar deslocaram-se para o trabalho para exercerem as suas funções, como normalmente acontece. No entanto, para um funcionário, nada ocorreu como habitualmente. Vejamos:

MS é funcionário do hospital de Gaia há cerca de 30 anos. Em 2005 teve um acidente de trabalho que o deixou com incapacidade de 37% e necessidade de recurso a muletas para andar. A junta médica considerou-o apto para o trabalho e, apesar de se deslocar com duas muletas, foram-lhe atribuídas as funções de varrer e regar a área exterior do hospital. Na passada sexta-feira, MS chegou ao hospital para iniciar a sua jornada de trabalho como sempre, começando por varrer a zona adjacente a um dos pavilhões. Entretanto, a sua chefia deu-lhe ordem para ir para o refeitório ou para a casa mortuária. Por quê? Para que não fosse visto quando a comitiva ministerial por ali passasse! MS foi então para o refeitório e lá aguardou a passagem da comitiva! Situação semelhante já havia ocorrido há alguns meses, dessa feita devido à visita de uma reportagem de um canal de televisão.

Esta situação é gravíssima e configura uma discriminação inaceitável, além de consubstanciar uma forma absolutamente indigna de lidar com qualquer pessoa, tenha ela as características que tiver. A gravidade do caso exposto impõe que o mesmo seja averiguado, que sejam apuradas responsabilidades e que daí se tirem consequências, garantindo que uma situação como esta aqui reportada não volta a ocorrer nunca mais!

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento da situação exposta?
2. O Governo vai dar indicação para que seja aberto um inquérito a esta situação?
3. Quem deu a ordem ao trabalhador em causa para que este recolhesse ao refeitório ou à casa

mortuária?

4. Que medidas vão ser tomadas para garantir que situações análogas não voltam a ocorrer?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 22 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

JOÃO SEMEDO(BE)

HELENA PINTO(BE)